

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Agricultura e Mar
Eng.º Joaquim Barreto
Assembleia da República
Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa

Ass.: Pedido de Audiência

*Distribuir e
enviar.
22/02/2016*

Porto, 18 de Fevereiro de 2016

Excelência,

Como é reconhecido, o sector do leite e lacticínios atravessa nos últimos anos uma das mais graves crises de que há memória.

Estão sobejamente diagnosticadas as causas próximas dessa crise, assumindo o fim das quotas leiteiras papel central no conjunto de factores com impacto decisivo na evolução negativa do mercado e, conseqüentemente, de todos os operadores envolvidos.

Esta situação conjuntural negativa é transversal a todos os Estados-Membros, sendo obviamente mais penalizadora para os países com menores condições competitivas para a produção leiteira, nos quais se inclui Portugal e a generalidade dos países do Sul da Europa.

Estamos perante uma situação de excesso de oferta ao nível Europeu e Mundial que não é compatível com os actuais índices do consumo, gerando necessariamente excedentes e conseqüente baixa de preços ao longo da cadeia, por falta de mecanismos compensatórios como os que existiram num passado recente.

Face ao quadro legal em vigor, reconhece-se as limitações dos Estados Membros para poderem intervir eficazmente em situações de crise como a que se atravessa. Contudo, alguns países – como é o caso da vizinha Espanha –, avançaram com sucesso para soluções de autorregulação da fileira, com especial relevância no domínio dos acordos de preferência do produto nacional na política de aprovisionamento da Grande Distribuição.

No caso de Espanha, para além desta medida protecionista, tem-se verificado também o apoio institucional de alguns Governos Autónomos, nomeadamente do Galego, que tem usado de todos os meios ao seu dispor para condicionar grosseiramente a livre circulação de leite e produtos lácteos provenientes de Portugal.

Este desequilíbrio de condições de operação está a gerar uma enorme revolta nos operadores Nacionais, agravada pelo recente ataque a um transportador de leite Nacional, quando, em Portugal, se permite que circulem livremente todas as mercadorias provenientes de Espanha.

Cumpre-nos recordar que mais de metade (56%) de todas as nossas importações de lácteos, são provenientes de Espanha e de bases logísticas espanholas. De salientar ainda que, de leite líquido, esse percentual ascende a mais de 68%.

Assim, com o objectivo de sensibilizar os membros da Comissão de Agricultura e Mar a que Vossa Excelência superiormente preside para o conjunto de problemas com que o sector se debate, vem a Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios solicitar-lhe se digne conceder uma audiência com a possível brevidade, tomando a liberdade de sugerir a seguinte agenda de assuntos a abordar:

- Postura da Junta da Galiza e Polícia Autónoma Galega em relação aos operadores Nacionais;
- Constrangimentos e perspectivas para o Sector de Lacticínios.

Antecipadamente gratos pela atenção que venha a dispensar ao exposto e disponíveis para qualquer esclarecimento adicional que entenda pertinente, aproveitamos para endereçar os nossos respeitos cumprimentos,

De V. Exa.
Atentamente

Pe'l'A Direcção da ANIL



(Paulo Leite)
Director Geral